



PREGÃO ELETRÔNICO: 013/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 001047/2025-57

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO, CONSERVAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS DAS UNIDADES DE SAÚDE

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO PELA EMPRESA: PALMACEA JARDINS LTDA

Versam os autos do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO, CONSERVAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS DAS UNIDADES DE SAÚDE.

O presente pedido de esclarecimento foi recebido em 04/03/2026 via sistema por esta pregoeira e a data agendada para abertura do certame foi 10/03/2026, deste modo a peça é tempestiva.

No pedido de esclarecimento, a licitante questiona:

“Em atenção ao Item 9 do Edital do pregão eletrônico em epígrafe, viemos solicitar o seguinte esclarecimento:

- A cláusula 11ª da convenção coletiva vigente, estabelece que os empregados que exercem suas funções em hospitais e postos de saúde, farão jus à premiação por posto de serviço no valor de R\$ 112,00. Conforme previsto no termo de referência, Item 5.4, os serviços serão prestados em UPAS, Centros Regionais de Saúde, UBS, Clínicas, etc. entendemos que tais locais se enquadram na cláusula 11ª da convenção coletiva vigente, e que esse custo deveria ser previsto no orçamento estimado.

Dessa forma, questionamos se haverá revisão nesse sentido ou esta administração optou por não contemplar o pagamento dessa premiação para os empregados?”

Considerando que o teor dos pedidos é específico da fase preparatória deste

Página 1 de 6



certame, esta pregoeira solicitou subsídio a equipe da Gerência de Elaboração e Revisão dos Termos de Referência dos Bens e Serviços Comuns e Especiais – GERTE/SUPEL/SELC, a qual se manifestou da seguinte forma:

“(…)

Embora o questionamento apresentado pela **empresa Palmácea Jardins LTDA** demonstre preocupação legítima com a correta observância das disposições da convenção coletiva aplicável à categoria, existem fundamentos técnicos e jurídicos que permitem à Administração manter o orçamento estimado sem a inclusão específica da premiação mencionada, sem que isso configure irregularidade no edital.

Primeiramente, é importante destacar que a **planilha de custos elaborada pela Administração possui caráter estimativo**, servindo apenas como parâmetro para aferição da compatibilidade das propostas com os preços de mercado. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a planilha orçamentária apresentada pela Administração não esgota todas as possibilidades de composição de custos existentes no mercado, cabendo às licitantes estruturar suas propostas considerando integralmente os custos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária e das normas coletivas aplicáveis à categoria profissional.

Nesse sentido, ainda que a convenção coletiva vigente, adotada como paradigma, preveja determinada vantagem ou premiação em condições específicas, a responsabilidade pela correta observância das obrigações trabalhistas e convencionais é **primariamente da empresa contratada**, que deverá considerar tais custos na formulação de sua proposta comercial. A eventual ausência de rubrica específica na estimativa elaborada pela Administração não impede que as licitantes incluam tais custos em suas propostas, desde que observados os limites da exequibilidade e da compatibilidade com o objeto contratado.

Além disso, cumpre observar que as cláusulas constantes das convenções coletivas frequentemente apresentam **condições específicas de incidência**, podendo estar vinculadas a determinadas funções, regimes de trabalho ou situações particulares de prestação de serviços. Dessa forma, a Administração, ao elaborar o orçamento estimado, adota metodologia baseada nos custos mínimos obrigatórios amplamente aplicáveis à categoria, sem necessariamente incorporar benefícios que dependam de interpretação



quanto à sua incidência ou que possam variar conforme a organização interna da empresa contratada.

No texto da própria convenção coletiva de trabalho, observa-se que não há determinação expressa de inclusão obrigatória dessa parcela na composição prévia do orçamento estimado da licitação.

A planilha de custos elaborada pela Administração não se confunde com a composição interna de custos de cada licitante. Por essa razão, sua elaboração não pressupõe a reprodução automática de toda e qualquer parcela prevista em convenção coletiva, mas apenas daquelas cuja incidência se apresenta de forma objetivamente delimitável e cuja inclusão decorra, de modo claro, da disciplina normativa aplicável.

No que se refere especificamente à Cláusula Décima Primeira, a convenção coletiva disciplina a parcela, estabelece suas hipóteses de incidência e respectivos condicionantes, mas não dispõe expressamente que tal verba deva obrigatoriamente constar da planilha de custos e formação de preços da licitação. Esse aspecto é relevante, pois a leitura sistemática do instrumento coletivo demonstra que, quando há intenção de impor a inclusão formal de determinada verba em planilha, a convenção o faz de maneira textual e inequívoca em outras disposições.

A Convenção Coletiva, ao disciplinar a referida parcela, reconhece expressamente sua natureza jurídica de **prêmio**, nos termos do art. 457, §§2º e 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, segundo os quais os prêmios constituem **liberalidades concedidas pelo empregador**, podendo ser pagos em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício das atividades.

Esclarece-se, ainda, que a ausência dessa rubrica na planilha estimativa da Administração não impede que a empresa interessada a considere em sua proposta comercial, caso entenda pertinente à sua composição de custos. A formulação da proposta permanece sob responsabilidade de cada licitante, que poderá estruturar seus preços de acordo com sua realidade operacional, sua metodologia de execução e sua avaliação quanto às obrigações incidentes, desde que observadas as regras do edital e assegurada a exequibilidade da proposta.

Assim, conclui-se que a parcela em questão **não constitui custo obrigatório mínimo decorrente da legislação trabalhista ou da convenção**



coletiva, razão pela qual não houve sua inclusão na planilha estimativa da Administração.

A ausência de previsão do referido prêmio no edital e na planilha de custos da contratação **não configura irregularidade**, uma vez que não se trata de parcela obrigatória da remuneração da categoria profissional, mas de benefício eventual condicionado às condições específicas de cada contratação.

Cumpra ainda esclarecer que a mesma Convenção Coletiva de Trabalho que instituiu o prêmio por assiduidade vinculado a postos específicos de serviço (Cláusula Décima Primeira) também prevê, em cláusula distinta, o denominado **“Prêmio Cesta Básica”** (Cláusula Décima Segunda).

Todavia, a análise sistemática das disposições convencionais demonstra que os dois benefícios possuem **natureza e regime jurídico distintos**, motivo pelo qual receberam tratamento diverso na elaboração da planilha de custos da presente contratação.

O parágrafo oitavo da cláusula décima segunda, diferentemente das previsões contidas na cláusula décima primeira estabelece expressamente que:

“O valor correspondente deverá compor o preço do serviço contratado, **devendo obrigatoriamente constar nas planilhas de custos e formação de preços** apresentadas em licitações públicas e em contratos privados, de modo a assegurar seu adequado custeio e a continuidade do benefício.”

Assim, embora o benefício também seja denominado “prêmio” e mantenha natureza não salarial, conforme previsto no art. 457, §4º, da CLT, a própria convenção coletiva lhe atribuiu natureza assistencial e determinou expressamente a sua consideração na formação do preço dos serviços, inclusive em licitações públicas.

Dessa forma, por se tratar de parcela de aplicação geral à categoria profissional e cuja própria norma coletiva determina sua inclusão na composição do custo do serviço terceirizado, o Prêmio Cesta Básica foi devidamente considerado na planilha estimativa de custos da Administração.

Por outro lado, o prêmio previsto na Cláusula Décima Primeira possui **regime jurídico** distinto, para o qual a Convenção o considerou liberalidade concedida pelo empregador e não atribuiu obrigatoriedade, razão pela qual não foi incluído na planilha estimativa da presente contratação.



Assim, a diferenciação adotada pela Administração decorre da **interpretação sistemática da própria Convenção Coletiva**, que atribuiu tratamento distinto aos benefícios nela previstos.

Dessa forma, conclui-se que a ausência de previsão específica da premiação prevista na cláusula décima primeira da CCT - Prêmios Especiais por Posto de Serviço, na estimativa da Administração não caracteriza irregularidade no edital, tampouco impede que as licitantes considerem tal custo em suas propostas, caso entendam aplicável à sua estrutura operacional, uma vez que a tanto a convenção quanto a CLT consideram o prêmio como liberalidade concedida pelo empregador.

Assim, não se verifica necessidade de revisão do orçamento estimado ou de alteração do instrumento convocatório.

(...)"

Importante registrar que o tema do questionamento é técnico e advém de condições e exigências pré-estabelecidas nos documentos da fase interna do processo, não cabendo à Pregoeira promover qualquer alteração posterior de ofício, uma vez que as prerrogativas de sua função são da aplicação das regras previamente dispostas, julgando as impugnações e questionamentos com base nos referidos artefatos de planejamento das contratações.

Desse modo, considerando estritamente a manifestação supracitada da GERTE, setor responsável pela elaboração do Termo de Referência e que detém a expertise necessária quanto as questões técnicas e exigências definidas neste documento da fase preparatória, das quais decorreram os questionamentos apresentados, está Pregoeira decide que restou esclarecido o pedido de esclarecimento promovido pela empresa **PALMACEA JARDINS LTDA**, nos termos da fundamentação inclusa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Campo Grande - MS, 09 de março de 2026.



Kassiany Feliccita de Souza Medeiros

Pregoeira

Coordenadoria de Processamento das Licitações – COPROL

Superintendência de Licitações e Compras Diretas - SUPLIC/SECOMP



RESPOSTA - PE 013-2026 - PALMACEA JARDINS.pdf

Código do documento: ZMQQ-S5HY-BPVN-JAL8

**Autenticação Eletrônica**

Valide em <https://compras.campogrande.ms.gov.br/flowbee-pub/#/validar/ZMQQ-S5HY-BPVN-JAL8>

Ou digite o código: ZMQQ-S5HY-BPVN-JAL8

Assinado em conformidade à Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Assinaturas



Eletrônica

KASSIANY FELICCITA DE SOUZA MEDEIROS**CPF:** 041*****23**Em:** 09/03/2026 11:07
